



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06/07/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Bom dia, senhoras e senhores.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 14ª audiência pública, do ano de 2021.

Informo que a reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link *Auditórios Online*.

Esta audiência vem sendo publicada diariamente, no *Diário Oficial*, desde 30 de junho; no dia 1º de julho, no jornal *Agora São Paulo*; 02 de julho, no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para pronunciamento já foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, temos em mãos a lista dos inscritos.

Foram convidados para a presente audiência os representantes das secretarias que estão afeitas ao projeto: Cesar Angel Boffa de Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Alexandre Modonezi, Secretário Municipal das Subprefeituras; Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação, representado pela Sra. Malde Maria Vilas Bôas. Irei anunciando na medida em que forem surgindo.

Nos segmentos, temos os representantes: Humberto Bruno Pontes Silva, Agência Nacional de Telecomunicações; Ricardo Dieckmann, Gerente de Infraestrutura, da Conexis; Luciano José Stutz Ferreira, Presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações, Abrintel.

Vamos dar início aos trabalhos.

Quero agradecer a participação hoje conosco dos subprefeitos da cidade de São Paulo. É muito importante a participação de vocês, agradeço muito, uma vez que esse assunto interessa a todos os senhores, assim como aos coordenadores de uso que, com frequência, têm problemas para serem resolvidos, no que tange aos serviços de antenas.

Muito obrigado pela participação.

Agradeço ao Secretário Alexandre Modonezi por transferir o nosso convite a todos os senhores supervisores de fiscalização, coordenadores de uso e os demais.

Quanto à nossa dinâmica, vamos passar a palavra aos Srs. Secretários. Logo em

seguida, passaremos aos operadores e aos Vereadores. Iremos alternando para obter uma dinâmica de trabalho.

Presentes da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente os Vereadores e Vereadoras: Ely Teruel, André Santos, Rodrigo Goulart, Paulo Frange. Presentes também os Vereadores Fabio Riva e Eduardo Suplicy. Na medida em que forem chegando eu vou anunciar.

Convido o Secretário Cesar Angel Boffa de Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, para que faça uma manifestação.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO - Bom dia, Presidente, bom dia aos Vereadores e Vereadoras. Cumprimento também todos que estão participando, os amigos e amigas. Mais uma vez é uma oportunidade muito boa estar presente, podendo participar de mais uma audiência pública.

Eu acho, Presidente, que sou o Secretário que mais participou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – É verdade, Cesar. Nós estamos usando demais o talento de V.Sa., assim como a sua disponibilidade em estar sempre junto conosco.

Obrigado por sua presença.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO - Imagina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – A de hoje é a última audiência pública do assunto antenas. Portanto, daqui ela vai para o Plenário.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO - Fiz a consideração só para dizer que o nosso intercâmbio, a nossa participação, tem feito bem para a Cidade. Temos construído juntos algumas soluções, desde 2019, com a Lei da Anistia, depois tivemos outras construções como a Operação Urbana Água Branca, a Lei da Antenas segue pelo mesmo caminho, há tantas outras pautas de políticas urbana. Quero agradecer o convite em mais esta reunião com os amigos para poder discutir assuntos tão importantes para a Cidade.

Sobre o PL das Antenas, venho, na verdade, endossar o que já tenho dito nas outras reuniões, há algum tempo, da necessidade da cidade de São Paulo ampliar a sua rede

de sinal de forma democrática para toda região, todo Município. Cidadão conectado é uma condição obrigatória para tornarmos a cidade de São Paulo inclusiva, nos inserindo no Século XXI.

Sem sombra de dúvida, o grande avanço desse PL é a exigência de instalação de antenas onde existe um mapa de sombras, sobretudo na periferia. Na medida em que forem sendo instaladas antenas nas regiões mais nobres, concomitantemente é necessária a instalação onde há mapa de sombra, com base no mapa apresentado pelas Secretarias de Educação e Saúde.

Essa medida é a democratização do uso da internet, é a garantia do direito a todo paulistano do acesso à internet, além de conseguirmos, com esse PL, trazer transformações significativas para entendimento do que é antenas na Cidade. Sobretudo, considerar a antena como um equipamento, como de fato ela é, não mais uma área construída.

Trata-se de um avanço muito grande que nos dará facilidade para a extensão da cobertura do sinal para toda Cidade e preparar a cidade de São Paulo para receber o 5G, como um exemplo.

Nós temos de puxar esse trem e trazer o protagonismo para a cidade de São Paulo, temos de ser protagonistas da América Latina, estando à frente, é o que merecemos. Mas, para tanto, é necessário adequar a legislação a esses aspectos urbanísticos.

O PL foi discutido e votado, porém alguns ajustes ainda se fazem necessários, por isso estamos construindo juntos. Tenho certeza de que o resultado dessas reuniões vai ser uma lei que nos traga de volta o regramento, uma vez que a nossa última lei, de 2004, foi declarada inconstitucional, razão pela qual não temos regramento na Cidade.

Precisamos desburocratizar o licenciamento para avançar no processo de licenciamento, essa é a intenção do PL. Lembrando sempre que desburocratizar não é tornar permissivo, aceitar qualquer coisa, desburocratizar é simplesmente trazer uma inteligência e eficiência muito maior para análise e concessão das licenças para implantação das antenas, mas, ao mesmo tempo, respeitar a legislação, a saúde, a incomodidade, as regras de uso e

ocupação de solo e a legislação vigente. Não é fechar os olhos, deixando a instalação sem nenhum regramento, fiscalização nem controle.

De maneira geral, é isso que eu queria colocar, como já o fiz em tantas outras reuniões que tivemos. Reforçar ainda sobre a necessidade de o PL oferecer regramento para a Cidade, algo que não temos hoje, por conta da inconstitucionalidade declarada pelo STF. Nós precisamos avançar com qualidade.

Estou à disposição.

Sr. Presidente, quero mais uma vez agradecer, não vou me alongar, creio que a pauta será mais de discussão do que de apresentações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Secretário Cesar.

Secretário Alexandre Modonezi está nos ouvindo? (Pausa) Chamarei logo em seguida.

Representando o Sr. Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação, convido a Sra. Malde Maria Vilas Bôas, Secretária Executiva, para seu pronunciamento. Está nos ouvindo?

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Sim, estou aqui. Obrigada.

Bom dia, Presidente, bom dia Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Secretários e todos os participantes.

É com muita alegria e muita expectativa que a Secretaria da Educação vê esse projeto, porque quando falamos em desigualdade na cidade de São Paulo fica claro que na área do ensino e do aprendizado isso fica extremamente evidente. No período da pandemia, principalmente, quando nós precisamos nos reinventar. O ensino híbrido é algo que chegou, não há outra forma, as crianças permaneceram em casa, nós temos utilizado todos os tipos de artifício para que essa criança consiga estudar.

A tecnologia, sem dúvida, é um instrumento absolutamente fundamental nos dias de hoje e para o futuro, de forma que a gente possa permitir que as nossas crianças tenham

melhoria no aprendizado.

É muito triste quando a gente percebe que crianças da periferia, e de algumas regiões da periferia, ficam privadas desse direito.

Como o senhor sabe, o Governo da cidade de São Paulo fez uma aquisição de quase 500 mil *tablets*, para colocar nas mãos das nossas crianças, isso está em andamento. É um projeto de uma grandiosidade não só do volume, mas também do impacto que isso vai ter para os nossos estudantes.

Colocamos também um projeto e já estamos entregando quase 50 mil *notebooks*, nas mãos dos nossos professores, o que deve trazer uma melhoria brutal na qualidade do ensino.

Mas nós precisamos da internet, precisamos que quando essa criança sai da escola e vai para a sua casa, possa continuar estudando e tendo acesso, que consiga fazer as aulas de recuperação.

É fundamental que a gente possa oferecer a essas crianças o mesmo direito das crianças que moram em outros bairros que são bem servidos, com acesso à internet, para que elas tenham esse direito garantido.

Nós estamos aqui para apoiar e contribuir com as nossas informações naquilo que for necessário, torcendo muito para que o projeto seja aprovado, que a gente tenha a possibilidade de resolver as questões dos bairros mais prejudicados de forma muito rápida, para que possamos garantir aos nossos meninos e meninas um aprendizado que todos eles têm direito.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Secretária.

O Secretário da Saúde Edson Aparecido está em Brasília, enviou o representante da Secretaria, o Sr. Felipe Soares Neves. Está presente?

O SR. FELIPE SOARES NEVES - Sim. Bom dia a todos, bom dia Presidente, Vereadores, Secretários e participantes.

É com uma alegria enorme que nós, da Secretaria da Saúde, vimos a iniciativa das antenas. É um problema seríssimo com o qual convivemos. Temos colocado vários aplicativos e várias soluções para a população. (Falha na transmissão) ...sempre estar ajudando e colaborando, tanto para a Prefeitura, como para a população.

Nós iniciamos um projeto agora, o aplicativo *e-saudesp*, para colocar o prontuário eletrônico na mão dos munícipes, assim como a ferramenta *de olho na fila*, ou seja, o “filômetro”.

O nosso objetivo é sempre estar interagindo com a população, ajudando da melhor maneira possível na aprovação desse PL.

Agradeço a todos em nome do Secretário e do pessoal da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Felipe.

Nós estamos agora com 73 inscritos na audiência pública, como a audiência é técnica, a participação é razoavelmente alta.

Secretária Malde, apenas para tirar uma dúvida com relação ao que ouvimos do Sr. Prefeito. Hoje, nós temos *chips* em 500 mil *tablets*, que custam cerca de cinco milhões, por mês, em *chips* para internet. Parece que são 108 mil que deveriam ter sido entregues, mas que não têm sinal de internet. Os números são esses? É isso?

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – São esses os números.

Nós temos aproximadamente 500 mil *tablets*, estamos em processo de distribuição. Já entregamos mais da metade desses *tablets* para as crianças. Por volta desses nossos 500 mil alunos, 100 mil teriam essa dificuldade de acesso quando estão nas suas residências.

Todas as nossas escolas têm acesso a internet, porque nós temos uma tecnologia da internet cabeada.

Todas as nossas escolas estão com serviço de internet, mas quando a criança sai da escola ela perde todo acesso, ou quando o professor vai para a sua residência, nesses bairros, perde o acesso.

Nós continuamos entregando para todos, inclusive para esses 100 mil que não teriam acesso em casa. Mas aproximadamente 100 mil nos 10 ou 12 piores distritos servidos na Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Depois vou pedir para quem for falar em nome das operadoras no caso, por exemplo, de adquirir novos *chips* ou das antenas de sinais para esses novos 108 mil. Nós vimos da última vez que a Anatel apresentou que a cobertura não é a mesma para cada operadora, portanto, cada operadora tem mais ou menos cobertura em algum lugar.

Essa disponibilização é feita baseada nesse banco de dados? Portanto, se a gente vai oferecer mais 108 mil *tablets*, eles vão ter de ter *chips* de várias operadoras. É isso?

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Nós tivemos duas licitações para contratação dos *chips*. A primeira licitação ganhou a empresa Claro, um lote deu deserto; a segunda licitação ganhou a empresa Oi.

Nesse processo de distribuição, nós já tentamos fazer um ajuste de mandar os *chips* da Claro onde tem cobertura da Claro e os *chips* da Oi onde tem cobertura da Oi, mas a gente não consegue fazer um ajuste muito fino nisso. Na licitação ganharam as duas empresas. Temos aproximadamente 380 mil *chips* da Claro, mais 100 ou 80 mil *chips* da Oi. É mais ou menos essa a distribuição que nós tivemos nas duas licitações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Obrigado. Já dá para ver que não é uma tarefa fácil fazer cobertura para todas essas crianças, mesmo com a distribuição das antenas. Não é uma tarefa fácil também.

Vou passar a palavra para os representantes do segmento, começando pela Anatel, naturalmente, o Sr. Humberto Bruno Pontes Silva. Está presente?

O SR. HUMBERTO BRUNO PONTES SILVA - Sim. Bom dia a todos e a todas.

É importante o debate, acho que é um tema mais do que relevante ainda mais durante o período da pandemia.

Eu queria primeiro agradecer o convite para participar do debate, em nome do

Presidente da Anatel Leonardo Euler de Moraes.

A Agência já vem subsidiando uma série de prefeituras e governos para que a gente consiga, de fato, avançar nesta temática.

Neste momento, me coloco à disposição. Caso seja necessário, posso fazer uma breve apresentação. Sabemos que esse tema já foi extensamente debatido, foi colocado em pauta os principais pontos. Em termos de eficiência e celeridade, caso seja necessário, executo a apresentação, porém se a necessidade for apenas de respostas a perguntas pontuais também me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Nós vamos adiantar um pouco mais da pauta. Humberto, a gente gostaria que o senhor apresentasse, daqui a pouco, - eu peço - aquela distribuição que envolve as mini-ERBs, a altura delas e os postes. Na última vez, foi um tema novo para gente. Nem todos compreenderam, e talvez fosse importante até uma participação grande de Vereadores aqui agora. Daqui a pouco, eu o chamo para apresentar aquele tema interessante.

O SR. HUMBERTO BRUNO PONTES - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Está presente conosco o Vereador Isac Felix.

Tem a palavra o Sr. Luciano Schultz, Presidente da Abrintel.

O SR. LUCIANO JOSÉ STUTZ FERREIRA- Estou aqui, Sr. Presidente. Muito bom dia a todos. Primeiro, agradeço o convite para a participação dessa audiência pública. Não preciso mais colocar o quão importante é esse tema para a cidade de São Paulo. Queria só fazer aqui breves palavras do que significa a aprovação dessa lei, do PL 347, na cidade de São Paulo.

Dos três pontos, rapidamente, o primeiro que eu queria trazer para os senhores é o que é essa lei para a cidade de São Paulo. Em primeiro lugar, é importante para levar conectividade à periferia, como já foi amplamente também dito em outras oportunidades, nesta Casa, nas reuniões passadas. Então, falo em levar a conectividade para a periferia. É um dos

pontos mais relevantes que nós temos, para conseguir reduzir a desigualdade social, como bem disse aqui a Sra. Malde, representante da Secretaria de Educação. Sem fazer isso, sem levar essa conectividade... até acabar totalmente essa pandemia; e mais: mesmo no pós-pandemia, a forma de ensino *on-line* não vai acabar. Nós todos sabemos disso. São alguns dos hábitos que nós vamos herdar da nossa sociedade.

Então, falo em levar esse conteúdo para todos. Reduzindo-se a desigualdade social, a conectividade passa a estar nos locais mais afastados. Então, a primeira razão da aprovação dessa lei, por ser tão importante, é exatamente levar conectividade à periferia. O segundo ponto é preparar a maior cidade do país, para receber o 5-G. Nós não podemos nos esquecer de que estamos às vésperas de uma das maiores revoluções tecnológicas da história da humanidade. O 5G não é simplesmente mais um G. Ele é habilitador de novos serviços e de novos comportamentos.

Então, é importante que a gente seja referência nacional na cidade de São Paulo, para a implantação do 5G no Brasil. E aí, como já foi dito anteriormente, sem a lei que foi revogada pelo STF e sem uma normativa moderna e justa na Cidade, a gente não vai conseguir fazer São Paulo referência do 5G no país. O terceiro e último ponto, muito importante, é o que a aprovação do PL 347 vai trazer para a cidade. A questão é tirar a cidade de uma discussão passada, que foi muito ruim e abriu um parêntese e uma lacuna no avanço tecnológico da conectividade.

Eu acho que essa lei tem o condão de trazer sim luz a essa discussão, de como se faz, de maneira correta, a implantação de infraestrutura de telecomunicações na cidade, para fazer de São Paulo novamente a referência tecnológica no Brasil.

Por último, Sr. Presidente, eu queria trazer aqui uns pontos rápidos. Primeiro, sim, é importante discutir a definição de mini ERBs, que está no artigo 2ª da lei, mas, com o veto, pode-se esclarecer qual é a definição que o Governo Federal defende, que há um decreto federal, que já existe para essa definição.

Lembro que São Paulo tem um decreto que trata de mini ERBs, mas ele foi editado

no ano de 2020, há semanas, há apenas semanas antes da edição do decreto federal. O decreto federal veio tentar pacificar esse conceito. Então, é importante que a legislação de São Paulo esteja alinhada com a legislação federal, para trazer esse conforto nacional, para não termos aí um conceito próprio só da cidade, tão inovador que possa prejudicar a implantação dessas mini ERBs. Falo também da questão da regularização, que é outro ponto. Há um artigo que fala da regularização do passivo, que está em solo na capital paulista.

É importante que a gente discuta, porque 60 dias é muito pouco, tanto para as empresas que fazem os protocolos no balcão da Prefeitura, como também para a Prefeitura analisar mais de dois mil pedidos de novas instalações ou regularizações que existem. Sessenta dias é pouco tempo para ajuntar toda a documentação e protocolar, e a Administração Pública analisar esse processo.

Então, a gente pede, no mínimo, 180 dias, para que esse processo possa se dar. É muito importante trazer isso aqui à tona.

Por último, falo de compartilhamento. Estrutura bem utilizada é estrutura compartilhada, para que todas as operadoras possam utilizar e que - em cada construção nova na Cidade, principalmente nesse projeto de levar até à periferia - isso seja feito de maneira compartilhada, que uma torre possa ser construída já no seu nascedouro, de forma a receber todas as operadoras, para que todos tenham oportunidade de ter todos os serviços nas suas casas.

Como foi falado aí, a dificuldade agora é pela Secretaria de Educação, de haver um *chip* das operadoras, para habilitar o serviço dentro desses Estados.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de trazer um ponto, que causa uma pequena preocupação a nós: a questão do artigo 25, que traz obrigatoriedade de indicação pela Prefeitura das áreas prioritárias para cobertura. Sim, é importante e é legítimo que a Prefeitura indique onde é preciso essa conectividade; mas é importante também entender quando é que isso pode se processar. Quanto à previsão do parágrafo 1º, que diz que só pode se instalar uma estrutura, num ponto diverso do prioritário, só depois se de instalar uma no ponto

prioritário, isso nos preocupa. Por quê? Porque é sabido, é de conhecimento técnico de quem entende da matéria que o número de estruturas pequenas para o 5G, nos centros urbanos, será muito maior, cerca de cinco vezes maior do que o necessário para o 4G nas periferias. Então, isso nos preocupa, quando há o comando de um para um, e que possa haver o impacto na implantação do 5G no centro urbano de São Paulo, já que só pode ser, por aquele parágrafo, implantada uma nova antena de 5G para cada uma nova antena que seja colocada nos pontos prioritários.

Então, talvez ajustar um pouco esse comando do um para um seja um ponto necessário do debate, não que não seja legítimo de totais áreas prioritárias como é, mas é importante discutir o como, para que não tenhamos um entrave para a expansão do 5G no centro urbano de São Paulo, que é uma nova tecnologia, uma cobertura que vai começar do zero.

Sr. Presidente, aqui encerro a minha fala inicial, e me coloco à disposição para qualquer debate técnico ou dúvida que haja pelas empresas representadas, que constroem as torres de infraestrutura na cidade de São Paulo.

Muito obrigado pela oportunidade novamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Para mim, ficou claro isso. Não sei se o Sr. Secretário César teve a mesma visão. Eu entendo que um para um talvez inviabilize, até porque nós estamos falando de coisas diferentes. Uma coisa é 4G e outra coisa é 5G. Também compreendemos que, tanto a educação, quanto a saúde e o Poder Público, com 4G, rodam-se todas as plataformas que há. Portanto, a cidade tendo 4G, o Poder Público está atendido.

Qual então é a sugestão, para que a gente pudesse apresentar ao Plenário alguma situação que nos dê segurança, de que a gente não vai deixar esses espaços vazios? Ou seja, qual é a segurança que nós teríamos? Qual é a sugestão de texto que o senhor teria, para que a gente pudesse fazer uma proporcionalidade? Eu não sei se é possível fazer com proporcionalidade ou com área de cobertura, porque os mapas que nós tivemos aqui, com

acesso à informação, são muito interessantes, e nós temos áreas muito adensadas, onde o sinal é muito ruim. Por exemplo, na região Noroeste, se se pegar o distrito de Anhanguera, Perus, Pirituba, indo até Brasilândia, é toda uma área gigante. Por ali, há mais de 600, 700 mil pessoas que moram nesse pedaço. Por exemplo, na região distante do Tremembé toda, não há boa cobertura. Então, qual é a sugestão que o senhor teria para um texto melhor?

O SR. LUCIANO JOSÉ STUTZ FERREIRA- Muito bem, Sr. Presidente. Obrigado novamente pela oportunidade. Podemos encaminhar a sugestão de texto depois. Mas, por exemplo, a indicação de uma das áreas prioritárias acompanhados de uma meta de implantação, ao final do ciclo do 5G, pode ser uma solução. Eu acho que é uma questão muito mais da metodologia, muito mais até do que da própria redação que se adequa à metodologia. E aí eu acho que é importante ouvir as operadoras, já que elas são as especialistas a definir exatamente a cobertura.

Então, quanto ao compromisso de levar isso à periferia, se for pelo tempo ou pela quantidade, é melhor ouvir as operadoras, de acordo com o seu plano de cobertura para essas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Obrigado.

Sr. Luciano, encaminhe depois um texto como esse, para que a gente possa mostrar aos colegas aqui e dialogar também com o Sr. Secretário César.

Obrigado.

O SR. LUCIANO JOSÉ STUTZ FERREIRA- Ok.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Ricardo Dieckmann, gerente de infraestrutura da Conexis.

O SR. RICARDO DIECKMANN - Sr. Presidente, bom dia. Obrigado pela oportunidade novamente de estar aqui esclarecendo alguns pontos.

Venho falar sobre a importância do que a gente está tratando aqui. Os colegas anteriores já foram muito preciosos, na área de educação e de saúde e todos os demais.

Eu gostaria então de focar em duas situações. O setor de telecomunicações é o

que mais investe no País. Isso ficou muito claro ainda, inclusive nessa situação de pandemia que nós vivenciamos agora. Nós já temos, por obrigação e interesse, que fazer a cobertura, sem nenhuma discriminação, em toda área urbana de São Paulo. O que nós precisamos agora, no momento, é da legislação. Por isso, apoiamos o PL 347, uma legislação que dê segurança e permita que isso ocorra de uma maneira muito rápida. Preocupa-nos o artigo 25. Achamos extremamente importante que a Prefeitura e a Câmara nos sinalizem áreas onde há prioridade e preocupação com a cobertura. Mas, a nossa proposta vai no sentido de que não haja proporcionalidade, como o Sr. Presidente citou, ou qualquer número, e sim que se busque, nessas áreas, a mesma qualidade de serviços que há em toda a cidade. Isso já é obrigação.

Então, a proposta nossa, da Conexis, é que haja indicação, e se virá como diretriz, em pontos de referência, e que a qualidade do serviço seja o parâmetro, para determinar tecnicamente a quantidade e a localização dessas instalações. E isso será feito com acompanhamento regulamentar e a assessoria técnica da Anatel, e isso pode ser feito juntamente, à medida que vai acontecendo, com o pessoal da Prefeitura.

Então, nossa proposta é com relação a isso, que não haja proporcionalidade e que o parâmetro seja sim a prestação com qualidade, a mesma que há em toda a cidade, que é o que já reza nos contratos de concessão.

Sr. Presidente, então seria isso, e eu fico à disposição para os demais pontos, na medida em que eles forem aparecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok.

Tem a palavra o Sr. José Bicalho, Diretor de Regulação e Autorregulação da Conexis do Brasil.

O SR. JOSÉ BICALHO - Obrigado. Rapidinho, só venho reforçar um pouco o que o colega Dieckmann falou. A gente tem certa preocupação com esse tipo de obrigação estabelecido, sugerido no artigo 25, que pode trazer alguma dificuldade para a instalação das antenas em áreas onde elas precisam realmente ser instaladas. E um ponto que eu acho que

vale a pena ressaltar aqui é que deveria se buscar um mecanismo de incentivo mesmo, criando condições, por exemplo, de que, nessas áreas mais carentes, pudéssemos ter alguma facilidade adicional para a instalação das antenas. Ou seja, trabalhando com incentivos, provavelmente a gente não necessitaria que houvesse nenhuma amarra de proporcionalidade entre áreas melhores e áreas piores.

Então, acho que se a gente conseguisse trabalhar na busca de criação de incentivos, as coisas acabariam fluindo melhor e provavelmente a gente teria, num espaço de tempo até mais curto, o atendimento dessas áreas que têm uma demanda muito grande por serviços de telecomunicações. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador André Santos, Vice-Presidente da Comissão de Política Urbana.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Sr. Presidente, obrigado. Bom dia a todos, Srs. Secretários, Subprefeitos e Vereadores, nossos amigos e todos, claro, que representam a nossa sociedade como um todo.

Bom, para quem não teve oportunidade de participar da última reunião da nossa comissão, uma reunião de trabalho, foi uma reunião muito proveitosa, que trouxe para nós uma amplitude da visão com respeito à importância desse projeto aqui na Câmara Municipal, e essa audiência pública também está vindo num bom momento, para que possa acrescentar o nível de conhecimento que a gente acabou tendo, na reunião de trabalho; e eu já gostaria, na hora que for possível responder as perguntas, de deixar uma pergunta aí para o Sr. José Bicalho, que acabou de falar sobre a questão dos incentivos, para saber quais os incentivos que ele realmente tem em mente, que poderiam ser propostos, para que, de alguma forma, a gente pudesse ter uma amplitude maior nessas regiões com um pouco mais de dificuldade.

Sr. Presidente, então queremos agradecer aqui a presença de todas as pessoas, porque debater, durante a audiência pública, é importantíssimo para nós, que somos legisladores, para que a gente consiga fazer um projeto ajustado e para que, no final da

história, a gente possa ter uma lei, dentro da cidade de São Paulo, que seja referência para todos os demais municípios do nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Vamos passar a alguns inscritos. Nós vamos alternando.

Tem a palavra o Sr. Adilson Araújo, participante da CTB.

O SR. ADILSON ARAÚJO - Bom dia a todos. Desde o início, falamos sobre a questão das antenas, da distribuição dos *tablets* e dos celulares. Eu sempre falei, em audiências, que não adianta distribuir *tablets* e celulares sem sinal.

Quanto a essa questão do prazo de 180 dias, por exemplo, vai deixar de resolver muitas coisas que não estão sendo resolvidas há tempos.

Sobre a outra questão, do 5G e do 4G, o que o pessoal quer é internet, é acesso. Então, eu penso que tem que se colocar em prática o 4G de imediato, sem esses trâmites.

Falo dessa quebra de burocracia com a administração pública e com o Executivo, para se diminuir esse prazo, porque realmente é longo. Também temos de ver o excesso, apesar de que a Anatel sempre controla isso, o excesso de antenas. Há local onde há muitas antenas e outros locais não.

Então, essa é a minha fala. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Everton Ferreira, participante do Conselho de Usuários da Telefônica Vivo, da região Sudeste.

O SR. EVERTON FERREIRO - Sr. Presidente, obrigado.

Bom dia a todos. Eu fui eleito em 2019 como o conselheiro mais votado, no Brasil, em todas as operadoras da região Sudeste. Eu sou do Conselho de Usuários da Telefônica Vivo. Entrei, nesse conselho, com o objetivo de propor a internet para todos e, também, na defesa dos direitos dos consumidores. Eu sou domiciliado em Parelheiros e como todos sabem, lá, como no Jardim Helena, na Cidade Tiradentes, e tantos outros bairros dos extremos

da periferia, não há cobertura de qualidade para toda a população, além de que o valor pago é extremamente caro.

E com o advento do 5G, nós teremos uma transformação do tempo e das coisas. Pelo menos, é isso o que se espera. Não sabemos como isso se dará aqui no Brasil. Por isso, nas minhas intervenções, a gente apresentou, via mandato do Vereador Jair Tatto, 15 propostas de emendas, para que os Srs. Vereadores fizessem reflexões a respeito desses temas que foram propostos.

Por quê? Porque essas emendas, ora apresentadas, têm o desejo de sensibilizar todos, para que, além de uma cidade inteligente, nós tenhamos uma Cidade conectada e principalmente uma cidade inclusiva, que foi o colocado aí. Nós temos *tablet*, nós temos uma política pública para poder alcançar, por conta da pandemia, que não vai à escola, só que a gente não tem internet para todos.

O objetivo dessa lei é justamente isso, é ampliar a cobertura, mas é por isso que nós precisamos de tempo, precisamos de estudos e precisamos de envolvimento das operadoras e dessas associações, para que esse projeto - não que não seja referência para o Brasil - funcione efetivamente na cidade de São Paulo.

Por isso que eu pedi, coloquei, numa dessas emendas, a questão do controle pela Prefeitura. Não sei se é via São Paulo Negócios, por meio da Secretaria Municipal de Inovação. Não sei como estaria isso na prática. É um assunto para ser deliberado pelos técnicos, mas que pudéssemos utilizar o regime diferenciado de contratações públicas, a SPE, Sociedade Proposta Específica, que funciona naquela modalidade de *joint venture*, que já são utilizadas em grandes projetos de engenharia por todo o país. Falo da Lei Federal 13.190, e que a gente observasse o princípio constitucional do endereço público, em detrimento do interesse privado, pois o interesse geral não pode ceder, em hipótese alguma, o interesse individual.

Aí nessas emendas, a gente colocou a questão da criação de um fundo municipal, para que a gente pudesse ter um valor destinado para investir principalmente na universalidade

das redes na periferia, e a questão de um conselho municipal também de telefonia, de telecomunicação, com participação da sociedade civil organizada, da Prefeitura e das operadoras. Falo da questão de um estudo. A lei é boa. Ela vem porque tem um objetivo. Agora há pouco, o pessoal da Abrintel, que fez uma apresentação, também está pedindo para que sejam feitas alterações.

Então, eu acho que nós precisamos de mais tempo, para nos aprofundarmos mais nessas questões. Nós precisamos de um estudo amplo do que é necessário a ser implantado na cidade de São Paulo. E aí também há a questão de a gente ter internet. Nós temos as Estações de Rádio Base e a Prefeitura, em não podendo utilizar, as secretarias e os seus quase 45 órgãos, em não podendo utilizar, de forma a expandir a rede *wi-fi* para a sua população, isso também vai ser um tiro no pé.

Então, eu queria sensibilizá-los nessa questão, da importância de a gente garantir internet, principalmente nas Zonas de Interesse Social, e que isso ficasse explícito na lei, porque a gente sabe como funciona lei no Brasil e lei na cidade de São Paulo. Se não estiver explícito na lei, não vai dar certo e não funciona, porque o técnico, o fiscal ou o subprefeito não vai autorizar, se não estiver de acordo com a legislação. É essa questão do compartilhamento dessas Estações de Rádio Base. Se o município pudesse ter o controle de 50% dessas estações, teríamos um avanço significativo na questão da inclusão dos extremos da Cidade.

Sr. Presidente, eu não vou a todas as emendas propostas, por conta do tempo, mas agradeço a oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado. Se tiver alguma sugestão que queira encaminhar, pode encaminhar, por *e-mail* para a gente, em nome da Comissão de Política Urbana.

Tem a palavra o Sr. Wagner Costa Ribeiro, professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

O SR. WAGNER COSTA RIBEIRO - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e demais

Vereadores, Secretários e convidados. Primeiro quero falar que eu estou aqui falando em meu nome. Falo como alguém muito preocupado com as questões socioambientais no município de São Paulo. Eu tive a oportunidade de ser membro do Cades, no começo do século. Foi uma vivência muito interessante, por três mandatos. Conheço um pouco a estrutura da SVMA, e acredito que o primeiro ponto que nós temos que discutir aqui, Sr. Presidente, é realmente esse prazo exíguo para manifestação da Prefeitura.

Eu enviei uma mensagem a todos os Vereadores e Vereadoras, dizendo que os 60 dias é um tempo absolutamente impossível de ser cumprido. Eu trago inclusive uma questão de ordem pessoal. Eu tenho uma antena instalada no fundo da minha casa, por incrível que pareça, e já há mais de anos, não tenho, até agora, uma posição da Prefeitura.

Isso é lamentável, do ponto de vista como cidadão, como usuário. O que me levou então a essa questão é justamente a presença dessa antena no fundo da minha casa.

Sr. Presidente, eu fui estudar um pouco sobre esse tema, e fiquei perplexo com o que eu pude apurar. Trabalhos recentes de 2015, de 2021, mostram que, num raio de até 500 metros, aumenta-se muito a incidência de câncer. Eu inclusive mandei uma mensagem aos Srs. Vereadores e Vereadoras e alertei sobre essa questão. A frequente e permanente radiação não imunizante traz problemas sérios de saúde; e evidente que, como geólogo, eu posso ser contra a expansão da rede de telefonia celular, em especial se ela for gratuita, numa cidade com *wi-fi* gratuito. Seria realmente extraordinário, e eu sou favorável a isso, não apenas pela questão da educação, que é fundamental. Sou professor e sei como isso é fundamental, pela questão da saúde.

Sr. Presidente, mas, em função disso, não podemos criar uma série de problemas graves de saúde. A literatura mostra câncer no esôfago e mostra aumento de depressão. Eu estou falando de trabalhos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, com grupos que envolvem a Fiocruz e que envolve uma série de universidades importantes no país.

Então, eu diria que é fundamental sim ampliar e, nesse aspecto, estamos todos convergindo; mas não podemos, a partir dessa ampliação, tirar uma situação de injustiça social

e ambiental, levando com que as pessoas, que estão no entorno dessas antenas, sofram problemas seríssimos. Estudam, mostram dados num raio de até 500 metros.

Houve uma expansão desordenada. Isso vai, de fato, transformar a cidade de São Paulo, dada a sua densidade demográfica. Aí eu não preciso detalhar muito. Aqui há um público qualificado, certamente. Quem me antecedeu há pouco trouxe uma questão muito fundamental. Nós não podemos ter uma lei para o país todo. Há singularidades geográficas. São Paulo tem um relevo absolutamente peculiar. Além disso, nós temos uma densidade de verticalização muito grande. Isso faz com que a transmissão do sinal seja uma dificuldade adicional, e isso não vai ser resolvido para outros municípios. Então, temos de tratar São Paulo como São Paulo, com todas essas dificuldades.

Diante disso, eu estranho muito que, na lei, assim como na resolução da Anatel, mesmo no Governo do Estado de São Paulo, nós não tenhamos o menor, nenhum indicador de qual seria a potência dessas antenas, da irradiação não ionizante. Diante disso, eu acredito que deva ser ampliada a discussão e venham aqui esses especialistas.

Sr. Presidente, eu inclusive tenho os trabalhos que eu posso disponibilizar, se for de interesse da comissão. Eu recomendaria que as pessoas fossem convidadas a expor, com argumentos, o tipo de incidência que problemas que verificaram, problemas psiquiátricos e problemas de câncer, insisto. Outra decorrência muito séria é que se registra também a desvalorização dos imóveis no entorno dessas antenas. Então, também é um problema que vai trazer uma readequação da distribuição da renda do município. Isso também precisa ficar claro.

Então, nós temos que trabalhar essa questão sobre diversos aspectos, com a complexidade que ela exige, com a complexidade que ela envolve.

Sim, temos de expandir a telefonia, sem dúvida, de preferência gratuita, por meio de *wi-fi* público; mas, ao mesmo tempo, não podemos transformar isso num foco de doenças, num foco de irradiação de problemas de saúde; e aí sim, no meu ponto de vista, trazendo mais prejuízo do que ganhos.

Eu agradeço muito pela oportunidade de colaborar aqui. Fico à disposição para

eventuais discussões e vou seguir acompanhando essa importante discussão para o nosso município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

Sr. Secretário César, V.Exa. está nos ouvindo?

O SR. CÉSAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO - Estou sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Secretário, apenas aproveitando a presença de todos, uma das contribuições que surgiram foi exatamente incluir, na nossa legislação municipal, a possibilidade da criação de uma comissão de natureza consultiva com a participação de representantes da sociedade civil e de prestadores de serviços de telecomunicação.

Queria indagar a V.Exa. e, em seguida, também ao setor, não sei quem falaria pelo setor, sobre a inclusão e criação dessa comissão consultiva com a finalidade de contribuir para a implementação no disposto das leis no âmbito local, aqui no Município.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Seria um comitê executivo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não. Na Lei Geral das Antenas diz assim: “Em municípios com população superior a 300 mil habitantes, o Poder Público Municipal deverá instituir uma comissão de natureza consultiva que contará com a participação de representantes da sociedade civil e de prestadores de serviços de telecomunicação, cuja finalidade é contribuir para a implementação no disposto na lei no âmbito local. Isso está sugerido no texto da Lei Geral das Antenas. No nosso texto não consta nada.

- Comissão Consultiva, Presidente, acho que é importante, não vejo problema nenhum, inclusive a participação da sociedade civil é sempre bem-vinda. Não vejo problema com isso não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Essa solicitação já surgiu...

O SR. AURELIO NOMURA – Pela ordem.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Pois não, quem gostaria de falar?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Vespoli, Presidente. Eu poderia fazer uma pergunta também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim, claro. Vereador Nomura?

O SR. AURELIO NOMURA – Eu gostaria de indagar o seguinte: temos acompanhado uma situação nos postes que são os cabos que ficam sobrando, ficam caindo, ficam criando problemas até sérios, dependendo do volume de cabos pendurados nos postes, e eu gostaria de perguntar se tem uma previsão no caso de uma ERB, não sendo mais utilizada, se ela vai ser retirada; e em qual tempo será retirada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Essa pergunta do Vereador Nomura, Secretário Cesar, tem a ver com o que foi colocado agora há pouco. O tempo para que possamos responder – de 60 dias – e, depois, o tempo para que possamos identificar irregularidade, pedir o reparo da irregularidade, me pareceu, quando conversei com a Secretaria, muito pequeno para que se possa, efetivamente, cumprir. Fica um pouco difícil. Entendo que é complexo fazer tudo isso, mas há alguma sugestão com relação a isso, além da resposta ao Vereador Nomura?

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Presidente, eu acho que esse ponto, do prazo de 60 dias, eu corroboro com o que foi apontado nessa audiência, bem como nas audiências anteriores, e ainda nas nossas reuniões.

Acho que poderíamos ajustar esse prazo com a redação após 60 ou 90 dias do pedido, veja, do pedido, tanto de regularização, quanto para instalação de novo equipamento na Cidade, nós, numa possível não manifestação da Secretaria, estar autorizado – não aprovado, mas autorizado – por responsabilidade da empresa a instalação passível de uma fiscalização ou de uma análise do projeto por parte dos técnicos da Secretaria. Assim como, por exemplo, o próprio Código de Obras estipula para análise do pedido de alvará de aprovação na cidade de São Paulo.

Acho que seria um bom caminho. O que os senhores acham?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não sei. Luciano, você quer sugerir algo?

O SR. LUCIANO JOSÉ STUTZ FERREIRA – Sim. Quero citar dois pontos, rapidamente, e separar as duas questões.

Há dois prazos de 60 dias dispostos no projeto de lei. O primeiro é o que chamamos de 'silêncio positivo', é quando você faz um pedido para a implantação de uma infraestrutura e a Prefeitura tem 60 dias para realizar. Essa previsão, Presidente, vem do Decreto Federal 10.480. É uma prática aplicada exatamente para não ter atraso na implantação da cobertura final àquela região que precisa dela.

E o que é isso? É: em depois de protocolados todos os documentos necessários do pedido de alvará de construção, se a Prefeitura não der uma resposta qualquer – ou sim; ou não; ou tem pendências; - a empresa está autorizada - e, de acordo com o projeto de lei federal, é muito mais parecido com o que o Secretário Cesar falou – a empresa está autorizada a iniciar os trabalhos de construção. Mas, a qualquer momento, a Prefeitura pode fiscalizar, intervir ou até embargar se identificar qualquer ponto em descumprimento ao que está na legislação urbanística da Cidade. Então é assim que está disposto na lei federal. Não há uma aprovação tácita realmente como está o projeto de lei.

Por outro lado, há outro prazo de 60 dias, o qual mencionei na minha fala anterior, que é importante: é o prazo de regularização do que já está em solo. Nesse caso, o nosso problema é a fila atual existente.

Hoje a cidade de São Paulo tem quase 2 mil pedidos, ou de construção de novas - isso já era 2 mil até do decreto, pode até ter diminuído um pouco, mas a nossa conta atual é de 1,8 mil - ou de regularização do que está em solo, nesse caso, 60 dias para olhar 2 mil protocolos nesse prazo inicial nos parece apertado, tanto para nós juntarmos a documentação e entrarmos, quanto também para a Prefeitura fazer a análise por conta.

As legislações que estão hoje vigentes e sendo aprovadas Brasil afora falam num prazo de 180 dias para apresentação do pedido e regularização, de análise, e também que

possamos apresentar depois do decreto publicado.

No caso do primeiro prazo, que é de 60 dias, que é o 'silêncio positivo', a prática é 60 dias. Eu quero trazer aqui dois exemplos. As cidades de Porto Alegre e de Santo André – esta aqui do lado da cidade de São Paulo – hoje, conseguem emitir o licenciamento em aproximadamente 15 dias, pois têm processo totalmente eletrônico, digital e remoto. Então, assim, eliminado esse fator da fila, do que está acumulado para regularização, esse prazo de 60 dias para o 'silêncio positivo' nos parece que funciona, principalmente na cidade de São Paulo, moderna, e na Secretaria de Licenciamento que já tem o sistema informatizado para fazê-lo, nos parece que é sim um prazo factível.

Vejam, até porque 60 dias não é para análise total, é para alguma resposta preliminar. Qualquer resposta, que seja 'pendência de documentação'; 'não tive tempo'; 'tá faltando alguma coisa'; suspende-se a contagem desse prazo. É importante salientar isso. Ou seja, o dispositivo não prevê que qualquer um possa fazer qualquer coisa em solo paulistano, fundamental fazer essa afirmação inclusive, trata-se simplesmente de uma autorização para começar a obra necessária para aquela comunidade que vai receber a cobertura e, assim, não ser atravancada por qualquer problema burocrático que possa acontecer.

É isso que eu queria contribuir, Sr. Presidente.

O SR. WAGNER COSTA RIBEIRO – Me permite um comentário breve, Sr. Presidente, sobre esse ponto? É justamente o ponto que fiz referência na minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim, pode falar.

O SR. WAGNER COSTA RIBEIRO – É justamente esse aspecto que me traz preocupação, Sr. Presidente. Nós sabemos que a Prefeitura não tem capacidade técnica. A SL tem técnicos altamente qualificados, temos até alguns mestres e doutores, com muita honra é bom ter esse qualificado corpo técnico, mas a quantidade de antenas que vai proliferar em São Paulo não vai permitir a manifestação em 60 dias.

O que acontece, que nós sabemos, é que, depois de instalada a antena, com uma série de questões de outras ordens, como a jurídica, por exemplo, é que faz com que ela fique

em operação. Mas, muitas vezes, e sabemos que temos em São Paulo, já, hoje, uma indústria em profusão de antenas irregulares que, depois, se tiram, passam para outro ponto, a população se mobiliza, faz com que essas antenas sejam desativadas, e o que é pior: a qualidade de transmissão nos finais de semana fica sempre comprometida. Por quê? Porque não se obedecem a critérios mínimos de qualidade, de segurança e, especialmente, no que diz respeito à questão da saúde.

Então, Sr. Presidente, nesse caso, específico de 60 dias, acho que é absolutamente impossível de se cumprir esse prazo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok.

O SR. EVERTON FERREIRA - Presidente? Me permite complementar?

O SR. RICARDO DIECKMANN - Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Everton, quer falar? Quem mais? (Pausa)

O SR. RICARDO DIECKMANN- Presidente, gostaria de falar também, sobre os 60 dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ricardo Dieckmann, próximo agora.

O SR. RICARDO DIECKMANN – Obrigado, Sr. Presidente. O primeiro prazo de 60 dias, que se refere à entrega da documentação para que se possa fazer a regularização de toda essa quantidade, ele é inviável, não só para as empresas – em razão do volume de informações necessárias para a Prefeitura – como também para a própria Prefeitura processar.

Então é o que se tem em legislações que estão sendo utilizadas é mesmo um prazo maior e isso não prejudica em nada.

Com relação ao prazo de 60 dias para o ‘silêncio positivo’, esse dispositivo é extremamente importante. Ele não retira nenhuma prerrogativa do Município. Por quê? Porque a instalação poderá ser feita, caso não haja manifestação, de acordo com as regras e os critérios que estarão nesta lei. Não se trata de um cheque em branco, então, a instalação será feita da mesma forma. Ele só evita que, passados esses 60 dias, haja o comprometimento de um serviço federal que termina por prejudicar à ausência desse licenciamento toda a

prestação.

Esse dispositivo existe, está no Código de Obras, claro, dispositivo semelhante, e que já é utilizado, há muito tempo, no setor de Energia, assim como ele já é uma previsão em decreto federal, e em legislação federal em andamento. Então não prejudica em nada, não há nenhum risco para o Município. Ele só retira a possibilidade dessa inércia que termina por prejudicar a instalação.

E, com relação à questão da Saúde, que foi levantado pelo colega Wagner, seria o mais adequado a Anatel, mas eu também posso falar sobre esse assunto se o Presidente entender da necessidade. Seria isso nesse momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. A Secretária Adjunta, da Secretaria Municipal, da Coordenação de Subprefeituras, Carol, parece que está conosco. Fizemos um convite...

A SRA. ANA CLAUDIA LEITE – Presidente, vai ter espaço para a sociedade civil falar, porque eu me inscrevi no chat e gostaria de fazer uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Claudia, eu já chamei todos os que estavam inscritos. Estamos, agora, voltando ao segundo grupo que ingressou há pouco. Podemos chamá-la já. A Secretária Carol está presente.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Presidente, se puder só comentar a questão do prazo, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim, pode falar Cesar.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Sobre o prazo do pedido de aprovação, eu entendi e falamos por igual. Sobre o pedido de regularização que eu pensei estarem falando dos 60 outros dias, acho que, assim como a Administração tem de se manifestar em 60 dias do pedido de implantação de uma antena nova, eu acho que é justo também que as detentoras das antenas já instaladas em solo se organizem e apresentem, uma vez que já está em curso esse projeto de lei na Câmara, então, se organize e apresente à Secretaria o pedido de regularização nos próximos 60 dias, assim que a lei entrar em vigência,

evidentemente. E, aí, nós vamos ter os 60 dias para nos manifestarmos.

A gente cai naquela aprovação – aprovação não – aquele ‘silêncio positivo’ de que, caso não nos manifestarmos, ela está regularizada até que haja uma manifestação da Prefeitura.

Acho um pouco desigual exigir que a Administração tenha essa eficiência e celeridade, enquanto que o setor privado não tem essa mesma responsabilidade, fica até um pouco desconexo.

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim. Teremos de separar muito bem esse assunto do ‘silêncio positivo’ do outro.

Eu vejo com dificuldade regularizar as antenas que não estão regulares e o tempo. Por isso que eu pedi à Secretaria de Subprefeituras, daqui a pouco a Carol deve estar conosco, pois convidei os Subprefeitos, porque eles têm, lá, pedidos do Ministério Público, da Aeronáutica, pedidos de associações, sobre antenas que estão em condições de irregularidades. Isso vai para o Subprefeito que fica, digamos assim, com a bomba na mão.

E aí esse processo não tramita tão rápido. E eu mesmo não sei exatamente como vamos tratar isso, mas vamos achar uma solução.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO – Pela ordem, Vereador Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Camilo, que bom ouvi-lo aqui, muito obrigado pela presença.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO – Obrigado, rapidamente meu comentário. Eu estou escutando o Secretário Cesar, e ele foi muito feliz no comentário dele.

Fui Relator da CPI das Antenas, onde apresentamos um Relatório Final de 560 páginas. E 90% desse relatório, Secretário, foi aceito pelo Ministério Público.

Um destaque: essas empresas de antenas não obedecem ninguém. Essas antenas estão irregulares há mais de uma década, ou até duas décadas.

Então o que o Secretário coloca é muito importante: primeiro regularizar e, depois,

instalar. Porque primeiro eles instalam, ou seja, eles entram num terreno particular, instalam uma antena, antena essa irregular, o proprietário é multado e é quem arca com a multa.

Portanto, o Secretário foi muito feliz na colocação dele. É só para comentar isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado Vereador Camilo.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Sr. Presidente, Vereador Vespoli. Quero fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador, só um minuto. Vou passar a palavra à Vereadora Silvia que está aguardando há um tempo. Vereadora?

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Presidente. Queria falar algumas coisas em relação ao projeto que foi trazido para a Câmara pelo Executivo.

A primeira constatação que temos aqui é que existe uma desigualdade em relação ao acesso de sinal de internet na cidade de São Paulo. Não temos, hoje, uma democracia em relação a esse acesso. Então o projeto tem de ter como primeira preocupação a democratização desse acesso.

Foi nesse sentido, inclusive, que a primeira reunião que nós tivemos, aqui, no Plenário, com a presença do Secretário Cesar e, também, do Secretário Edson Aparecido, e ainda do Secretário de Educação, era justamente isso: a preocupação do Poder Público e a preocupação dos Vereadores estava focada na democratização do acesso ao sinal de internet através da votação desse PL.

Temos, então, um verdadeiro apagão de sinal em várias regiões da cidade de São Paulo – como já foi dito aqui por várias vezes -, entre eles, o distrito de Cidade Tiradentes, distrito de Parelheiros, bairros como Grajaú, Marsilac. Na zona Norte também tem apagão de sinal. Enfim, são várias regiões que nós temos hoje em São Paulo carentes de sinal de internet.

Como é que vamos resolver isso? Essa é a nossa preocupação. A preocupação das operadoras é como estender isso para lucrar, óbvio, pois são empresas capitalistas que

querem lucrar através do seu serviço, mas a nossa preocupação, a preocupação dos Vereadores – pelo menos estou falando em nome da Bancada do PSol – é fazer com que esse projeto possa democratizar esse acesso.

Então o projeto tem de ter, sim, a obrigatoriedade de priorizar as áreas que, hoje, não têm acesso à internet. Se isso não estiver disposto no projeto, enquanto uma obrigação de garantia do Poder Público, nós vamos estar assinando um cheque em branco para as operadoras de telecomunicação.

Eu entendo o ponto de vista das operadoras só que não é o nosso ponto de vista. O nosso ponto de vista é: garantir acesso democrático e isso deve ser feito com uma verdadeira proporcionalidade para poder superar a desigualdade que temos hoje. Atualmente há uma desigualdade entre Centro e periferia.

Essa é uma preocupação que é nossa preocupação. Por isso, vamos lutar para que, nesse projeto, esteja sim, principalmente no artigo 25, a obrigatoriedade da Prefeitura de São Paulo em indicar as áreas prioritárias para as instalações das antenas.

Quero dizer que há outros itens a serem abordados, mas, para mim, esse é o tema mais importante. É um tema para o qual vamos, sim, desenvolver todos os esforços para que esse projeto só seja aprovado com essa obrigatoriedade, repito: de a Prefeitura, de fato, garantir que o sinal de antena realmente chegue para quem mais precisa. Hoje, já chegam a 108 mil alunos que não podem acessar as aulas em modo 'view'. Sou professora e sei como é isso. Não podem acessar as aulas remotos porque não têm sinal.

Portanto, para poder superar essa desigualdade, é necessário que isso esteja garantido neste PL. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Silvia. Vereadora Luana Alves, por favor.

A SRA. LUANA ALVES – Bom dia a todos, todas, sou a Vereadora Luana Alves, atual líder da Bancada do PSOL. Gostaria de corroborar com a fala da minha colega Silvia e falar que, na nossa opinião, a entrega do sinal nos locais mais periféricos se trata de um ganho

para a Cidade inteira.

Lembrando que não estamos falando de políticas públicas, estamos falando de um serviço. E as pessoas que estão nas periferias inclusive vão pagar por esse serviço. Então, quando falamos em ter o maior sinal e para mim fica muito óbvio – e digo isso, tanto ao Secretário César, representantes das Teles, o Sr. Presidente Paulo Frange, aos meus colegas Vereadores e para todo mundo que está presente - que ter mais sinal nas periferias é um ganha-ganha, porque é necessário para quem está nas periferias, para quem tem aula, para quem tem a maquininha de cartão. Em cada lugar longe do Centro, cada pequeno comércio precisa do sinal para ter ali a maquininha de cartão. Todo mundo precisa da internet. Então, seriam clientes, inclusive as Teles estariam ganhando.

Gostaria de lembrar que na nossa opinião se trata de um ganha-ganha para todos porque não seria um serviço gratuito para a população periférica, ela pagaria, seria um cliente novo para as Teles. Então, para nós fica óbvio que algo que ganha todos nós.

Gostaria também, Sr. Presidente, se for possível, pedir aqui, pois não sei como está sendo o método de inscrição das falas da sociedade civil e de pesquisadores. Parece-me que a Sra. Luciana Itikawa estava inscrita. Ela é pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da USP e poderia inclusive nos ajudar e nos apoiar para conseguirmos entender. Ela fez um estudo em relação ao acesso do sinal nas regiões de São Paulo. Tive a possibilidade de ter acesso ao estudo e que coloca, inclusive, por setor censitário que é mais detalhado ainda do que o distrito. Falamos de periferia, mas o Centro do Grajaú é diferente periferia do Grajaú. Então, existe uma minúcia nessa questão das antenas que é interessante termos acesso e o estudo da Sra. Luciana vai nessa profundidade.

Gostaria de saber se ela está inscrita. Se for possível checar isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ela está inscrita logo após a Ana Claudia.

Tem a palavra a Sra. Ana Claudia Leite.

A SRA. ANA CLAUDIA LEITE - Bom dia a todos e todas.

Primeiro, saudar este espaço e dizer que é importante que a sociedade discuta

junto com os parlamentares esse projeto, porque esse projeto não é um projeto pequeno, ele altera realmente a vida das pessoas que vivem na cidade de São Paulo e que sofrem cotidianamente com a falta de acesso à internet e, portanto, têm privado um direito essencial que é garantido no Marco Civil da Internet desde o ano de 2014.

Queria saudar esse espaço e dizer que ele é muito importante, mas que a gente precisa também melhorar um pouco as possibilidades de participação da sociedade civil nessa discussão, porque eu me sinto pouco representada numa audiência pública em que três das quatro falas de convidados foi de especialistas trazidos pelas empresas de Telecom. Quero ouvir, então, os representantes dos pesquisadores, dos usuários, dos cidadãos que utilizam a internet e que estão, sim, debatendo este tema de forma técnica, não apenas de forma política, porque entendemos, inclusive, que a técnica é política. Então, quando a gente fala de democratização do acesso à internet na cidade de São Paulo e a gente propõe que esse debate esteja baseado em outros Marcos, que não sejam os Marcos distritais e que não sejam os Marcos das áreas prioritárias na visão exclusivamente do lucro, a gente também está fazendo um debate técnico sobre isso.

A esse respeito queria trazer um debate que, infelizmente, não apareceu hoje, que é o debate sobre o uso e ocupação do solo, porque as leis que tratam das antenas são federais – a Lei de 2015, o Decreto 10.480, de 2020. A Anatel é incumbida de fazer a fiscalização do ponto de vista da radiação e da frequência. E o município? O que o município precisa fazer? O município precisa regular o uso e ocupação do solo. Essa é a prerrogativa do município e ninguém trouxe isso na fala.

Então, a gente recebe um projeto do Executivo. É um projeto que vem pelado e que não traz nenhum tipo de limitação ao uso e ocupação do solo, inclusive infringindo uma legislação de uso e ocupação do solo, que é legislação de 2016, e a gente simplesmente não está tratando disso.

Então, é muito importante falarmos da necessidade de que as URBs que precisam de estrutura de suporte levem em consideração a cota ambiental, que as URBs que precisam

de estrutura de suporte levem em consideração alguns parâmetros relacionados a tamanho de rua. Tudo isso não está presente no PL do Executivo.

A segunda questão que considero importante e que é prerrogativa do município é justamente garantir que esses serviços ao serem implementados contribuam para diminuir o apagão digital. Sabemos que os serviços de telefonia móvel e internet móvel é regido no regime privado, mas não podemos perder a oportunidade de neste momento fazer deste projeto de lei um marco na democratização do acesso na cidade de São Paulo e para isso temos uma contribuição da sociedade civil.

Sou da Interozes, Coletivo Brasil de Comunicação Social e tenho um trabalho e atuação nessa pauta das telecomunicações há bastante tempo.

Gostaria, Sr. Secretário, de reconduzir o debate sobre a criação desse conselho consultivo. Acho que não dá para aprovar um projeto desta monta sem um conselho consultivo que inclua participantes da sociedade civil organizada para fazer o debate técnico e político deste PL. Não dá para vir a uma audiência pública e os representantes que trazem o debate técnico, que trazem as propostas técnicas são apenas os representantes das empresas de Telecom.

Obrigada pela atenção. Quero reforçar, então, a necessidade de termos um conselho consultivo para aprofundar o debate sobre este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Ana Claudia.

Com relação a Lei de Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo, vamos manter o mesmo alinhamento com a Lei Geral das Antenas, ou seja, guardada e respeitada a Lei de Uso e Ocupação do Solo e os parâmetros do Município, a potencial área permeável, tudo aquilo que são os nossos marcos legais serão respeitados. Isso ficou muito claro. Já fizemos muitas discussões.

Embora este projeto seja novo aqui porque veio agora, mas começou a ser discutido em 2013. Então, esse assunto foi tratado ao longo desses últimos oito ou nove anos exaustivamente na Casa e fora da Casa, no Governo, em várias secretárias e até que surgiu a

Lei das Antenas e a Adin que derrubou a legislação do Município. Enfim, tudo foi transformando.

Você tem razão. Esse trabalho já foi bastante discutido. A TelComp, infelizmente, não pode participar por um compromisso deles, mas não temos deixado de chamar.

Tem a palavra a Sra. Luciana Fukimoto Itikawa, pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

A SRA. LUCIANA FUKIMOTO ITIKAWA – Bom dia. Sou Luciana Fukimoto Itikawa, pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Na verdade, esse mapeamento que eu fiz com a especialização das bases de dados de latitude e longitude das antenas da Anatel faz parte de uma pesquisa que eu desenvolvo há cinco anos no Instituto de Estudos Avançados da USP.

Queria cumprimentar a Mesa da Comissão na figura do Vereador Paulo Frange, as Vereadoras e Vereadores, os Srs. Secretários e agradecer a oportunidade de mostrar esse mapeamento e espero que a academia, especialmente a USP, possa contribuir nesse debate.

Esse mapeamento tem o foco para mostrar essa desigualdade no espaço através de mapas. Então, o mapa é uma ferramenta muito importante para a gente conseguir visualizar essa desigualdade, esse apagão, essa exclusão digital.

Todos falaram que é uma constatação muito óbvia dessa questão da desigualdade de acesso à internet pelo sinal de antena, mas quero dizer que isso é um debate muito antigo. Há dois marcos importantes: um mundial, que é esse Guia para a Cooperação Digital da ONU; e, também, o Marco Civil da Internet do Brasil em 2014.

No caso desse documento defendido pelo Secretário-geral da ONU diz que entre as ações estratégicas para, de fato, ter uma democratização de acesso à internet não basta só o sinal, você precisa ter um software livre, dados abertos, aplicativos abertos e entender que essa defesa pela inclusão digital é a partir do entendimento de que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania. Então, os secretários de educação, secretaria da saúde também falou em uma audiência pública anteriormente que essa questão não é só o acesso

para consumo, o acesso para se comunicar e conversar, mas o acesso para conseguir ter acesso a aula para educação e, também, para dados de saúde na pandemia, dados do auxílio emergencial.

Então, esse mapeamento tem uma preocupação essencial que é questão do acesso à cidadania. Quero dizer que a questão do acesso à internet, estamos falando não só da questão do acesso à informação, mas o acesso à participação política. Quantas pessoas estiveram privadas, por exemplo, de participar de uma audiência pública como essa porque não tem sinal lá no Grajaú ou não tem sinal em Cidade Tiradentes ou em Parelheiros, como nosso colega falou. Acredito que os mapas que vou mostrar podem demonstrar isso cientificamente.

O Secretário da Saúde também falou da importância de termos sinal de acesso, mas a gente também pode falar que a questão da Segurança Pública quando você precisa fazer um B.O. eletrônico ou denunciar uma violência que foi feita contra mulher, a questão de logística, saber que de fato que a sua encomenda está chegando, questão de acesso a oportunidades de emprego.

Então, tendo em mente que isso afeta a todos, principalmente não aqueles que estão à margem, mas todos nós, a coletividade. Quantos de nós não conseguiu acessar um amigo, um colega de trabalho, um prestador de serviço que mora em um lugar sem sinal? Então, acho que essa questão da desigualdade não é só uma questão humanitária, é uma questão de sociabilidade mínima que a gente precisa ter.

O estudo do Cetic, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, disse que durante a pandemia, no ano de 2020, no ano passado inteiro, enquanto as classes A e B usavam o celular apenas 22% para acompanhar as aulas, as classes D e E, 54% usavam o celular. Isso não é nenhuma novidade. Os jornais e a TV cansaram de mostrar como as crianças só tinham um celular da mãe dentro de casa e às vezes tinham de alternar com os irmãos para poder assistir à aula. A questão dos tablets que a representante da Secretaria de Educação falou.

Também um dado bem interessante que o Cetic mostrou é que 72% das pessoas buscavam informações relacionadas à saúde na internet. Então, não é trivial. Estamos falando de questões básicas de acesso à segurança pública, saúde e educação.

Na verdade, o debate que todos nós de diversos setores da sociedade estão contribuindo com estas informações é que esse projeto de lei do Executivo que mostra essa proporcionalidade um para um, quando for instalada uma antena em área não prioritária, deverá ser instalada uma antena em área prioritária. Ou seja, um para um. Só que vivemos em uma das maiores metrópoles do mundo e a nossa Metrópole é suficientemente complexa e heterogênea para a gente pensar numa proporcionalidade ou numa taxa como essa.

Então, vou mostrar para vocês um pouco como precisamos talvez olhar com um instrumento – acredito que o Vereador Paulo Frange vai entender do que estou falando porque o Vereador é médico. Então, quando a gente vai ao médico, estamos com uma dor na barriga, o médico falar “então, tira a barriga inteira” ou faz um exame genérico e aí você tira a barriga inteira porque essa é a solução.

Então, precisamos entender que para fazer um diagnóstico de um problema, precisamos entrar na minúcia desse problema. É diferente de você fazer um exame genérico do que você fazer uma ressonância magnética, uma tomografia, para poder ir exatamente ao problema numa escala micro e ir lá e atacar esse problema sem tanto impacto ou, de fato, consegui enxergar com a tecnologia e com a ciência como esse problema é.

Nesse sentido, entendermos a questão da exclusão digital no espaço urbano na escala da cidade a gente não consegue entender essas desigualdades nessa escala micro. O representante da Brintel, o Sr. Luciano Stutz vai entender o que estou falando porque eles produziram mapeamento bem interessante tentando entender essas desigualdades do ponto de vista das macrorregiões. Também teve outro estudo que tentou fazer uma proposta para mapear essas desigualdades no nível dos distritos. Só que temos uma ferramenta que o IBGE proporciona para nós que são os setores censitários, que são esses micro perímetros onde você conseguiu enxergar em minúcia como isso acontece.

Então, nesse sentido, na minha pesquisa na USP que trabalho com mapeamento através dos setores censitários pude contar quantas antenas têm em cada setor censitário, mas aí voltando um pouco atrás dessa questão da desigualdade, é muito difícil a gente falar numa desigualdade considerando que a distribuição das pessoas no território é muito heterogênea.

Então, vemos distritos que têm, de fato, um contingente populacional, um adensamento muito grande nas periferias justamente porque a terra acaba sendo muito cara nessas áreas mais ricas, por isso que as pessoas são empurradas para as periferias. Da mesma forma, a gente precisa entender que no caso da população preta e parda isso ainda é mais drástico e ainda mais perverso do ponto de vista que elas são levadas à periferia.

Uma demonstração científica dessa ferramenta, do mapeamento que vou mostrar daqui para frente de contagem de antena por setores censitários é que do ponto de vista, por exemplo, no Itaim Bibi, temos 484 URBs, segundo a base de dados da Anatel. A base de dados da Anatel tem de São Paulo são 6.110 antenas e dessas 6.110 no Itaim Bibi tem 484; Cidade Tiradentes, 26; e Marsilac tem apenas quatro.

O problema é que quando você faz a comparação com o número de pessoas que existem nesses distritos, tem uma antena para cada 191 pessoas no Itaim Bibi, enquanto Cidade Tiradentes tem uma antena para 8.135 pessoas. A Anatel ainda disse que no caso a Cidade Tiradentes uma sobrecarga de 17 mil por cento sobre a população, ou seja, uma desigualdade de 17 mil por cento de sobrecarga de uma antena para esse número de pessoas.

Então, estou dizendo que até o número que apresento é bastante conservador perto do que, de fato, a própria Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações mostrou em uma das suas apresentações.

Marsilac apesar de ter quatro antenas, tem uma antena para cada 1.376 pessoas. Quando saímos desse parâmetro de entender a contagem de antena por distrito e a gente parte, vamos dizer, para essa ressonância magnética, que é de entender a contagem de antenas por distrito e partimos, vamos dizer, para essa ressonância magnética, que é entender

a quantidade de antenas por setor censitário, nós vemos uma desigualdade de 2 mil vezes. E quando olhamos para pretos e pardos, essa desigualdade vai para 4.500 vezes. E, aí, não estamos falando de números. Estamos falando daquela pessoa que tenta ligar um milhão de vezes e não consegue conversar; ou que você precisa saber se ela vai trazer aquela encomenda para você. Então, são vários exemplos que são do nosso dia a dia e que todos nós somos afetados por isso.

Esse mapeamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Luciana, nós vamos precisar encerrar. O tempo...

Luciana, nós combinamos de, amanhã, na Comissão de Política Urbana, de você nos trazer essa apresentação completa, mas os dados que você passou são muito ricos e há alguns pedidos para que você, depois, possa disponibilizá-los. Amanhã, você já está convidada para que, na Comissão de Política Urbana, você possa apresentar para todos nós, porque será, com certeza, muito rico esse tipo de informação.

A SRA. LUCIANA FUKIMOTO ITIKAWA – Na verdade, eu vou, então, dar uma passada rápida e não vou entrar na minúcia de cada mapa, porque, amanhã, eu posso entrar em detalhes, mas só para vocês verem... quais são todos os mapas que eu produzi como, por exemplo, a concentração das antenas em relação à renda; a quantidade de antenas por setor censitário e essas mesmas quantidades em relação relativamente à população.

A quantidade de antenas por setor censitário nós vemos aqui, claramente, Marginal Pinheiros, Marginal Tietê e o quadrante sudoeste e a população preta e parda. Uso do solo predominante, que é muito importante, porque, de fato, as antenas estão onde as pessoas circulam e trabalham. A questão dos assentamentos precários e, aí, vemos que é quase um mapa negativo. Então, nas casas, favelas, cortiços e loteamentos precários nós observamos que é completamente o oposto da localização das antenas. E percebemos a quantidade de mulheres chefes de família, a localização de mulheres chefes de família e a quantidade de antenas por setor censitário também acaba sendo quase um mapa negativo. E, depois, eu

mostro a questão das escolas, dos CEUs como uma possibilidade de democratização, como equipamentos públicos. E, aí, um estudo de caso em Paraisópolis e na região de Berrini que mostra porque, por exemplo, Paraisópolis só tem quatro antes quase na periferia da favela e a região da Berrini tem uma concentração muito grande. Então, do ponto de vista da renda, da raça e das áreas de influência, enfim.

E, aí, por último, dizer que os possíveis critérios para elencar as áreas prioritárias precisam ser entendidos do ponto de vista dos aspectos morfológicos, urbanos, sanitários e a questão da antena, porque você vai entender a distribuição da antena não só do ponto de vista da vulnerabilidade social.

Esse é o último mapa. Na verdade, é uma subdivisão possível de áreas prioritárias. Em vez de ter um para um, a possibilidade de ter quatro áreas prioritárias e duas áreas não prioritárias e, aí, a possibilidade de estabelecer metas, como o próprio Luciano Stutz falou, metas para cada uma dessas áreas prioritárias em função da instalação em áreas não prioritárias.

Então, eu fico por aqui e espero que amanhã eu possa ter, apesar de ter sido inscrita para a reunião de hoje,... Mas eu espero que amanhã eu possa ter essa oportunidade de mostrar, em detalhes, esses mapas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Luciana.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Pela ordem, Presidente. Eu poderia fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim, Vereador Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Obrigado, Presidente.

Cumprimento a todos Vereadores, Vereadoras, Secretários, sociedade civil.

Presidente, nós começamos este debate, na Câmara, como V.Exa. falou, há um tempo, mas a discussão sempre foi a seguinte, de como tentar acabar com essas áreas de sombra. O próprio Presidente da Casa e eu acho que o Governo, em nome do Vereador Fabio

Riva, têm vendido à sociedade que este projeto vai levar o sinal para as periferias, o que eu acho que é importantíssimo. Não vou chover aqui no molhado, porque foi falado o quanto isso é importante para as políticas públicas, não só para a Educação, para *tablet*, uma série de coisas.

Então, a minha pergunta é para o Secretário Cesar, vocês têm um estudo, já que vocês estão insistindo em uma área não prioritária para uma área prioritária, vocês têm estudos de que isso vai garantir o que nós estamos vendendo para a sociedade? Se vocês têm esses estudos, eu gostaria que pudessem enviar para a Comissão de Política Urbana, para nós também termos acesso a isso. Porque os estudos que nós temos não condizem com isso. Então, nós vamos acabar vendendo algo para a sociedade que não vai ser implementado. Então, talvez, nós erramos em nossos estudos e gostaríamos de ver o estudo do Governo que garante que essas áreas de sombra..., que o que nós estamos vendendo para a sociedade se concretize.

Eu queria que ele respondesse se tem o estudo ou não e se poderia enviar para a nossa Comissão.

Outra coisa que eu queria perguntar para o Luciano: há discordância de se regulamentar e deixar praticamente para as empresas a sua intenção de cobrir as áreas que têm sombra, mas o Luciano falou de incentivos, que ele não amarraria. Ele falou que, de repente, o interessante seria dar incentivos para a empresa. Eu queria entender quais são esses incentivos para as empresas e se esses incentivos garantiriam que nós acabaríamos com as sombras em nossa cidade. E, aí, não pode ser só uma intencionalidade, tem de ser uma garantia formal. Eu queria entender, um pouco, isso melhor.

São essas duas perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Toninho Vespoli.

Vou passar a palavra ao Humberto, da Anatel, para que ele possa nos mostrar, rapidamente, essa distribuição das antenas, das micro ERBs, das mini ERBs, que nos apresentou, há pouco tempo, para que vocês possam tomar ciência.

O SR. HUMBERTO BRUNO PONTES SILVA – Eu vou fazer uma breve apresentação também, para que sigamos nesse caminho, que eu acho que é o ideal, tentarmos formular, crias essas políticas públicas, legislações todas baseadas em dados e em evidências. Nesse contexto, é importante entendermos a dinâmica do setor e que esse setor tem tecnologias e essas tecnologias vão sendo absorvidas pelos usuários, diversos usuários.

Hoje, nós já temos mais de 40% Brasil usuários usando o 4G. Isso aqui é apenas demonstrar a evolução. Não vou me ater aos números. E, aqui, nós entramos na questão da cobertura móvel de São Paulo. Se vocês apontarem o celular para esse QR Code, vocês vão ser levados para uma ferramenta, em que é possível, da mesma forma que a Luciana trouxe as informações de cobertura por setor censitário, você vai ter uma informação atualizada mensalmente com as informações de cobertura por setor censitário. Então, nós conseguimos ter uma visão de todo o município de São Paulo por tecnologia, por prestadora, por região – se é rural, se é urbana. Então, nós temos, de fato, os melhores dados para trabalhar qualquer tipo de política pública. E é assim que eu entendo ser o melhor caminho para que possamos criar, de fato, condições equilibradas entre atendimento social, que é importantíssimo, mas também o desenvolvimento econômico, porque uma coisa está atrelada necessariamente à outra. Sem uma você não consegue alavancar a outra. Então, é sempre importante que ponderemos o discurso que privilegie todos os lados. Eu acho que este é o grande caminho que devemos tentar perseguir aqui.

A parte de tecnologia, eu não vou me aprofundar. Eu vou seguir para o que é mais importante aqui.

Bom, já foi falado. A Anatel está conduzindo o processo de licitação de radiofrequência. A radiofrequência é o caminho do ar que carrega a informação, a estrada do ar. Já estamos na etapa final e aqui estamos aguardando apenas o retorno do TCU para que possamos, a partir disso, colocar na praça o edital que vai contemplar, aí, quatro grandes faixas, sendo o maior edital de radiofrequência que nós já elaboramos e quiçá do mundo.

E isso garante o quê? Mais ar para que consigamos expandir a conectividade em

todas as cidades, não só em São Paulo. Em todas as cidades. E aqui o edital está sendo pensado em alavancar a conectividade. De que forma? Trocando apenas a arrecadação por compromissos. E isso já está muito bem acertado com o setor - Ministério, Governo, *etc.* -, para que nós possamos, a partir desses recursos que entrarão pela venda do bem público, atingir 100% de localidades listadas até 2025; 100% dos trechos de rodovia, conversando esses ágios em compromissos adicionais. E aqui eu corroboro a visão da Luciana: é importantíssimo termos estudos que possam definir prioridades, que possam estabelecer tecnicamente esses critérios, porque apenas criar condições sem ter, de fato, os dados que suportem subsidiar esse tipo de decisão é, para mim, um tiro no pé que pode em vez de expandir a conectividade, travar o investimento no setor.

Vou avançar aqui. Já falei, estamos com essa lógica de aumentar impacto, aumentar infraestrutura, criar condições para que os dispositivos se proliferem. E nós sabemos que não é só a conectividade. A conectividade é o primeiro passo. Nós sabemos que o serviço, em alguns lugares, tem um preço que foge um pouco da condição das pessoas de pagar. Mas nós temos de entender o que compõe esse preço também.

Hoje, nós temos, segundo os dados da União Internacional de Telecomunicações, uma das maiores cargas tributárias do setor do mundo, do mundo. Não estou falando em região, não. É do mundo. Algo em torno de 48% sobre o que pagamos de nossa tarifa, do preço do serviço, é imposto. Então, ele é tarifado da mesma forma como um bem demeritório. Então, é importante refletirmos sobre alguns pontos cruciais. Aqui, na questão do edital, nós priorizamos legislações e municípios que tenham as suas legislações já aderentes às leis e decretos que versem sobre o tema de antenas. Por quê? Porque nos leilões anteriores nós temos compromissos que não puderam ser efetivados porque havia uma série de restrições locais tratando do assunto.

Vou diretamente ao ponto, aqui, que foi mencionado, já com relação aos desafios. É importantíssimo nós termos em mente que já existe toda uma legislação federal tratando desse tema. E mais importante que isso, temos de saber a separação de competências

municipal e federal. Aqui, eu acho que é um dos pontos prioritários para que nós não patinemos ou escorreguemos em problemas na construção dessa legislação local.

Muito bem falou a Ana que o Município tem uma série de competências; tem de fazer o licenciamento ambiental, ordenamento territorial; restringir e limitar instalação em áreas de proteção de patrimônio público; planejamento e uso do controle de parcelamento da ocupação do solo urbano; procedimentos para a execução de obras, reparos, etc.. Mas é importante que ele não entre em temas federais, uma vez que já existe uma legislação, senão, vocês estarão criando uma legislação inconstitucional; uma legislação duplicando esforços, que, às vezes, poderá ser considerada inconstitucional. Vou citar exemplos de outras legislações Brasil afora, que estabelecem distâncias mínimas de residências, hospitais, clínicas, creches; estabelecem requisitos de operação das estações de radiocomunicação; define limites de exposição a campos eletromagnéticos. Não me recordo quem foi o participante que colocou que teremos de ter limites. Já existem limites, já estão definidos na legislação federal.

Temos o Ato Normativo 458 da Anatel, que replica e adequa os parâmetros estabelecidos pela OMS – Organização Mundial da Saúde. Esses parâmetros são definidos pela ICNIRP, que é o braço operacional da OMS com relação a esse assunto. Já temos um regulamento específico, a Resolução 700 da Anatel, que estabelece as condições de limitação da exposição humana a valores de campos eletromagnéticos e magnéticos. Temos um mapa de exposição com os números das antenas, e que é feito todo ano em conjunto, uma série de fiscalizações em campo para aferir tais números.

Bom, o item que foi citado, também, com relação a sinais radio-eletromagnéticos fazendo mal à saúde dentro dos limites da ICNIRP. Bom, trago uma figura que fala por si só, antenas em cima do prédio da OMS, em Genebra. Não satisfeito, trago também um estudo da Anacom – Agência Nacional de Comunicações -, irmã, em Portugal, da Anatel, que realizou recentemente, em 04/03/2021, estudos sobre a exposição da população em geral a campos eletromagnéticos já na tecnologia 5G. Resultados: simplificar os valores encontrados medidos

estão mais de 50 vezes abaixo dos níveis de referência que são recomendados internacionalmente pela Organização Mundial da Saúde.

Aqui, trago um vídeo, não sei se terei tempo de expor, mas posso deixar o *link* também, de um médico tratando do assunto. São três minutos. Ao final, deixo o *link*.

Dados atualizados sobre estações do município de São Paulo. Hoje, temos 7.489 estações licenciadas. É importante diferenciar aqui. Uma confusão que muita gente faz é estação de antenas. Em uma estação, podemos ter mais de uma antena que cobre diversos setores. Importante entendermos tecnicamente o que cada termo quer dizer; o que cada elemento técnico corrobora para a conectividade; como isso está distribuído pelas diversas prestadoras que atuam no Município. Bom, hoje temos um novo contexto. As antenas diminuíram, podem ser instaladas em diversas superfícies: topos de prédio, parede de apartamentos, em cima de bancas de jornal. Temos diversos tipos de *sites*, que são as áreas delimitadas para a incidência do jornal de telefonia móvel. Com isso, temos de pensar um pouco diferente. Não temos mais necessariamente estruturas muito grandes para suportar tais antenas, em especial no 5G.

O outro ponto que eu queria trazer aqui é que já tem uma definição para infraestrutura de pequeno porte, que está caracterizada, aí, no 10.480, 2020. Então, na nossa opinião, para que nós não incorramos em possíveis judicializações dessa legislação, é importante estarmos alinhados ao que está definido em tal decreto.

Por fim, não tenhamos pressa, mas não percam tempo com esse assunto, que é de fundamental importância para a sociedade.

Eram essas as minhas colocações. E me coloco à disposição de todos. Abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Humberto. Muito obrigado.

Humberto, se depois você puder deixar conosco, essa apresentação é riquíssima, se for possível. Mas seria muito interessante.

O SR. HUMBERTO BRUNO PONTES SILVA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Temos aqui o Osvaldo Fernandes - nós

estamos terminando daqui a pouco – participante do Instituto Ileve. (Pausa)

Eu vou passar a palavra ao Vereador Fabio Riva, até que chegue o próximo.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente; Sras. e Srs. Vereadores; Secretários Municipais, quero cumprimentar todos na pessoa do Secretário Cesar Angel Boffa de Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; cumprimentar também os subprefeitos, na pessoa da Subprefeita Luciana Torralles. Enfim, cumprimento todos os amigos, convidados, participantes.

Estou muito feliz aqui. Estava acompanhando de forma *on-line*, mas consegui chegar à Câmara a tempo de pegar a apresentação do Sr. Humberto, da Anatel.

Queria parabenizá-lo pela apresentação e dizer que a última frase mostrada no *slide* retrata muito bem o momento que nós estamos presenciando na Câmara Municipal de São Paulo.

A discussão das antenas já está nesta Casa há alguns anos, o Presidente Paulo Frange já fez menção a isso; também o Vice-Presidente da Comissão de Política Urbana, Vereador André Santos. Mas é importante avançarmos, principalmente após esta audiência pública reunir e coletar todas as sugestões e levar ao crivo do Executivo Municipal.

Fiz parte da Comissão de Política Urbana metropolitana nos últimos quatro anos, Vereador Paulo Frange, e sei da competência de V.Exa. e dos membros desta Comissão que, com certeza, terão um papel fundamental na elaboração desse substitutivo, que apresentaremos com antecedência de três dias, como ficou acordado e anunciado pelo Presidente Milton Leite e corroborado por esta Liderança do Governo.

O Prefeito Ricardo Nunes está em Brasília hoje, como falei há pouco. Mas quero dizer sobre a importância desta audiência pública, a importância da aprovação deste projeto, principalmente para diminuir essas desigualdades nas franjas da Cidade.

Não serei repetitivo, mas precisamos de um projeto de cunho social, que também precisa ter a compreensão das empresas que vão operar, das empresas que vão instalar as antenas, e a preocupação com a periferia da cidade de São Paulo.

Muito se falou do art. 25, inclusive dialogando com o Sr. Prefeito e com alguns Secretários, temos realmente essa prioridade.

Encerro a minha fala parabenizando todos. Ainda teremos uma semana de trabalho para que esse texto seja o melhor, sem infringir qualquer competência federal, como disse o Sr. Humberto. Que tenhamos um marco na cidade de São Paulo e, quiçá, um marco pro Brasil, na aprovação desta lei para o Município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Sr. Luciano Stutz tem comentários a fazer?

O SR. LUCIANO JOSÉ STUTZ FERREIRA – Sim, Presidente, obrigado. Serei muito breve respondendo às perguntas que foram feitas.

Primeiro, sobre a consideração da Professora Luciana Fukimoto, que trouxe um estudo muito bom, por sinal. Só para deixar claro, os números são um pouco diferentes, Professora, porque a Abrintel trabalhou com infraestrutura, e não com conceito de estação.

Uma estrutura da torre pode ter duas, três, até quatro estações, dependendo das operadoras que lá estiverem. A diferença técnica que o Sr. Humberto trouxe há pouco ajuda muito a explicar isso. Por isso que a concentração de infraestrutura por população é diferente da concessão por população.

Muito na linha das contas que foram feitas em seu estudo, está o estudo da Abrintel, que inclusive é anexo do piso do Prefeito, que propõe o PL 347. Sim, é a mesma linha de comparação de estudo.

Vereador Toninho Vespoli, sobre os incentivos eu vou passar para o Sr. José Bicalho, que é dono das operadoras, porque na verdade não sou eu que escrevo os incentivos.

Outro ponto importante que foi dito em várias falas, para finalizar minha participação nesta audiência pública é o Movimento Antene-se, lançado pela Abrintel, pela Conecte-se e outras associações de retorno, trouxe a culpa para falar o Instituto Locomotiva exatamente para aterrizar o cunho social nessa questão tecnológica que tanto nós debatemos,

Brasil afora.

Temos realmente essa preocupação com o social, de levar essa cobertura a quem mais precisa, porque esse setor mostrou, de fato, a sua importância, a sua necessidade e o seu caráter essencial durante a pandemia, quando as pessoas estavam em casa tendo que estudar, tendo que trabalhar.

E ficou muito clara a diferença, a depender da posição geográfica da pessoa, a possibilidade que ela tinha de exercer esse direito da conectividade.

Por isso, o Movimento Antene-se foi lançado e defende que seja elevada essa cobertura à periferia.

Eu gostaria de compartilhar um dado que é muito revelador para a cidade de São Paulo. Hoje, desses 2.000 protocolos, em suma, que estão protocolizados para novas instalações e regularização do que está já instalado em solo, o levantamento da Abrintel mostra que os protocolos feitos por nossas associadas, aproximadamente 57%, são estações que poderiam estar construídas nas periferias e que não estão, ou que estão com processo de regularização para poderem permanecer. Ou seja, o objeto de implantação também é historicamente a periferia, que está represado nesse número que eu acabei de trazer. Isso é importante dizer.

Alguém falou agora há pouco se tem um número da Prefeitura que possa expressar que a intenção era a periferia. Esse número revela bem que há um represamento de construções também na periferia.

O último ponto é que a Abrintel está disponível a prestar primeiro qualquer esclarecimento técnico por tema. É necessário diferenciar aquele prazo de 60 dias do silêncio e regularização positivo da regularização, porque no final do dia podemos estar discutindo uma substituição, ou uma remoção daquela disjuntura, tendo em vista que 60 dias não dão para construir outra e substituir aquela de que está se falando, sobre a regularização ou não regularização.

Se houver uma alteração que diga: “Olha, se antecipada a apresentação e depois a

discussão sobre a permanência, a remoção, demorar um ano, não temos problema nenhum. A grande questão é que, se uma estrutura irregular nesse processo for tida como necessidade de remoção e substituição, realmente não será possível 60 dias.

Voltamos a dizer, será muito difícil até a Prefeitura analisar, porque é um processo mais complexo do que um novo pedido de implantação. São esses os pontos.

Somos a favor da adoção do critério de mini ERB do decreto federal, importante para a normatização de São Paulo com o resto do Brasil, para que não haja nesta cidade uma definição diferente do Brasil inteiro.

Por fim, a construção de maneira compartilhável, na periferia ou no grande centro urbano de São Paulo. É isso, Sr. Presidente, estamos a disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sr. Luciano. Tem a palavra o Sr. Ricardo Dieckmann

O SR. RICARDO DIECKMANN – Sr. Presidente, o Sr. Humberto já abordou com muita clareza as questões técnicas que envolvem a escolha do local de instalação, então eu só reforçaria o que a Professora Luciana colocou.

Há uma concentração em algumas áreas em razão dos indicadores técnicos que mensalmente são avaliados pelo órgão regulador e que demandam um reforço de sinal ou de cobertura naquelas regiões. Então, reforçando, a escolha se dá pelos critérios técnicos.

E há, sim, toda uma disposição e interesse em cobrir o Município de São Paulo. A demonstração disso é a quantidade de pedidos que estão desde 2015 na Secretaria de Licenciamento e, infelizmente, não puderam ser licenciados em razão de uma legislação que fazia exigências, então não era possível atender essas áreas periféricas.

Mas agora temos a oportunidade de reverter essa situação. É equilíbrio no processo, de maneira que tenha a possibilidade de atender toda a Cidade, do centro à periferia. É o caminho para que tenhamos essa cobertura.

De novo, desde 2015, há muitos pedidos protocolados, e não foi possível o

atendimento. Então, há sim a obrigação pelo contrato federal e todo um interesse de fazer esse atendimento.

Só precisamos ter condições de licenciar rapidamente isso para fazer essas instalações.

Com relação ao compartilhamento que foi citado, as empresas já buscam esses processos, é uma obrigação federal que já existe; então, sempre que vai fazer uma instalação, já se procura preferencialmente se há a existência de alguma estação ou torre.

Isso está na apresentação do próprio Sr. Humberto e entendemos que não há necessidade de preocupação do Município, porque já é algo que se busca com relação a isso.

Ficarei à disposição, se houver mais alguma pergunta, e agradeço novamente a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sr. Ricardo.

Tem a palavra o nobre Vereador Camilo Cristófar.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO - Quero cumprimentar o Presidente Paulo Frange pela excelente condução dos trabalhos, do Presidente Paulo Frange, um Vereador de sete mandatos, 20 anos nesta Casa, uma pessoa extremamente competente não só na área que exerce, que é a área médica. Cumprimento também todos os técnicos, a sociedade civil presente e os representantes das Secretarias.

Eu convivi e seis meses com a Claro, com a Vivo, com a Nextel, com a Oi, com a Tim, com American Towers, e nunca vi tanta mentira nesses seis meses: eles mentiram durante seis meses perante sete membros de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, Secretário César, que hoje comanda uma das Secretarias mais importantes do País, Secretário da maior cidade da América do Sul e terceira maior do planeta, uma pessoa do bem, filho de militar, filho de Oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, um menino de ouro, competente, sério; eu não acredito que eles vão cumprir com alguma coisa que estão prometendo à municipalidade, eles não vão cumprir.

Se o Poder Público não agir, se esta Casa não agir com pulso forte, se não agir

restritamente dentro da lei, eles não vão cumprir, porque isso é deles. Eles chegaram na Comissão Parlamentar de Inquérito pagando R\$ 3 milhões de multas ao ano, e estão chegando a R\$ 200 milhões de multas que a CPI aplicou a esses seis: Claro, Nextel, que foi comprada pelo Claro; Oi, Vivo, Tim e American Towers.

Os senhores vão perguntar: “Mas quem é American Towers?” É a maior proprietária das antenas deste país: tem 14.000 antenas. E eles simplesmente não obedecem, não respeitam ninguém.

Então, eu quero cumprimentar todos que deram suas opiniões, sugestões e ficaram atentos, porque essa lei pode ser até judicializada; essa lei não é fácil, essa lei é complicada, infelizmente, porque todo mundo quer ver São Paulo voando, todo mundo quer ver São Paulo no 5G, mas nós temos que copiar quem está dando exemplo: hoje, é a China; um pouco, os Estados Unidos, que está atrasado com o 5G, a não ser algumas cidades da Califórnia e Nova Iorque. E poucos do mundo estão adiantados no 5G. A China disparou na frente, aproveitou-se da pandemia e disparou na frente.

Portanto, Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela condução, pela postura, pela isenção. E estou orgulhoso de ter V.Exa. no comando desta Comissão tão importante, das antenas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, nobre Vereador Camilo.

Tem a palavra o Secretário Cesar Angel Boffa de Azevedo.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Sr. Presidente, assim como fez o nobre Vereador Camilo, quero cumprimentá-lo pela condução de mais esta audiência Pública.

Sem dúvida, quem ganha é a Cidade com esse debate, com essa discussão, com essa construção. Parabéns por mais esta audiência pública, nobre Vereador, que tem sido um professor para mim.

Quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras que participaram, todos

os amigos e amigas também, representantes

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Secretário Cesar, o senhor poderia responder minha pergunta: se vocês têm o estudo e se poderiam mandar para esta Comissão.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO - Eu vou falar, só um minutinho. Quero cumprimentar toda a sociedade civil organizada e todos amigos e amigas que participaram desta reunião. E, para concluir, vou começar pela pergunta do Vereador Vespoli sobre o mapa de sombra da Cidade, a garantia da instalação das antenas nas regiões proletárias da Cidade.

O mapa de sombra, como eu disse, está em construção, está sendo apresentado pela Secretaria de Educação, como a Secretária Malde falou; pela Secretaria da Saúde, como o Sr. Felipe apresentou para nós. E a garantia que nós temos de que será trabalhado nessas regiões é justamente este PL, que vai fazer com que, a cada antena instalada fora dessa região, concomitantemente, tem que ser instalada uma dentro dessa região.

O próprio Prefeito Ricardo Nunes, na reunião que tivemos, mais uma vez, disse que não abre mão dessa contrapartida para a Cidade; além, evidentemente, dos pagamentos de emolumentos, o preço público, que é devido.

Essa é a garantia que nós temos, Vereador, é a lei, que tem que ser cumprida. E quem não a cumprir, tem que ser penalizado. Isso cabe a nós, do Poder Público, aos Vereadores, ao Executivo, também à sociedade, ajudar na fiscalização do cumprimento desta lei, como é de todas as posturas municipais.

Os diferentes pontos e visões que foram colocados aqui contribuem, ajudam, para a construção do substitutivo e do texto final. Acho que nós estamos muito próximos de assegurar todas essas garantias, sobretudo a cobertura do mapa de sombras de rede e conectividade. Nós estamos partindo para tornar a cidade de São Paulo, do ponto de vista de conectividade, uma cidade democrática, uma cidade inclusiva e uma cidade dentro do século 21, que é isso que a cidade de São Paulo merece; evidentemente, ao rigor da lei, no cumprimento de toda a legislação vigente, daquilo que está previsto.

Quero agradecer as palavras do Vereador Camilo e endossar o que ele disse: temos que cumprir o que diz a lei, temos que cumprir o que está estabelecido e garantir ao Vereador que nenhum alvará, nenhuma licença, para a instalação de antena na Cidade será liberado se houver qualquer inadimplemento com a Cidade, porque nós exigimos das empresas certidões positivas com efeitos negativos mostrando que as empresas não são inadimplentes com o Município.

Fico à disposição, Sr. Presidente. Mais uma vez, quero cumprimentá-lo e dizer que e desejar um bom restante de dia a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Secretário Cesar.

Antes de encerrar, informo a Professora Luciana que amanhã, às 13h, na audiência pública da Comissão de Política Urbana, continuaremos a sua apresentação aos membros da Comissão de Política Urbana, como foi combinado. Ok, Professora Luciana?

A SRA. LUCIANA FUKIMOTO ITIKAWA – Ok, muito obrigada, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Por favor, entrar em contato com a Secretaria da Comissão para inscrevê-la na reunião ordinária da Comissão de Política Urbana, pois é uma contribuição muito importante.

Muito obrigado a todos pela contribuição, por cumprirem o tempo rigorosamente suficiente para expressar o pensamento, dando oportunidade a tantas pessoas. Tivemos a participação de mais de 70 pessoas, desde o início da sessão até agora, o que mostra que é possível tratar de temas complexos como esse nas audiências virtuais.

Tenham todos uma boa tarde. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos.